

Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução

Luzia Neide Coriolano
Carlos Alberto Cioce Sampaio

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORIOLANO, LN., and SAMPAIO, CAC. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., and CORIOLANO, LN., orgs. *Turismo, cultura e desenvolvimento* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 49-73. ISBN 978-85-7879-194-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução

Luzia Neide Coriolano
Carlos Alberto Cioce Sampaio

Introdução

Este texto tem em foco a discussão do conceito de desenvolvimento construído depois da Segunda Guerra Mundial, com o colapso de países colonizadores, quando os Estados Unidos emergem como potência industrial, frente aos demais países e têm seu desenvolvimento como parâmetro mundial. Nesse momento, as relações Norte e Sul se estabelecem por instâncias de poder, com terminologia países desenvolvido e subdesenvolvido, definida em relação de dominação. Diz-se período associado à era do desenvolvimento, com mais de 70 anos; nos quais, admite-se que países pobres tivessem que percorrer caminhos com receituários para alcançar o suposto

patamar do desenvolvimento. Pouco se acredita que haja predisposição de países ricos e desenvolvidos à colaboração com processos de desenvolvimento sem onerar os países subdesenvolvidos. O que leva à admissão do conceito de desenvolvimento subjetivo, polissêmico de difícil aceção.

O desenvolvimento dos países ocidentais orientado pelo capitalismo exacerbado volta-se para acumulação de riqueza, competitividade, automação, substituição de trabalhadores, mercados livres, terceirizações, fluxos de megaempresas multinacionais, do mundo desenvolvido para o subdesenvolvido, em processo de produção flexível que explora territórios e força de trabalho, desencadeia guerras, crises, recessões e conflitos à medida que amplia as desigualdades mundiais. Desenvolvimento que torna o “mundo plano” na concepção de Friedman (2009), porque nesse contexto não se precisa saber se o Uruguai é o Uruguai, basta que o associe à companhia de *software* da Índia, à *Tata Consulting Services* a maior empresa de terceirizações na América Latina, ou nas palavras de Max-Neff (In SAMPAIO, 2005) “teremos que ler placas para saber em que lugar se está, pois tudo vai ser tão igual que se terá dificuldade de saber onde se está”.

O consumismo nas sociedades contemporâneas esgota os recursos naturais do planeta ameaçado, explorando-os da superfície ao subsolo, inclusive marinhos, tidos como matéria-prima a ser transformada em produto ou bem econômico. A sociedade global, segregada pela expansão de corporações e fusão de pequenas economias, crises financeiras, leva países, até então considerados ricos, à falência, ao predomínio das comunicações virtuais sobre as pessoais, anula direitos sociais historicamente conquistados, identificando mais o desenvolvimento ao mau desenvolvimento.

Discursos políticos e teorias científicas explicam o processo de desenvolvimento. Teorias são conhecimentos construídos com base no rigor da pesquisa para mediar explicações de dado fenômeno, em categorias de análises e conceitos que ajudam a explicar a realidade investigada. Diz Lefebvre (1983, p. 217) que “a aparência e o fenômeno são, simultaneamente, um momento da essência e um momento da reflexão. A essência é apreendida na “aparência” e é aí que a reflexão a busca e a encontra pela pesquisa”. As intenções conduzem políticas, ações e práticas sociais e pontos de vista e assim se elaboram os discursos do desenvolvimento. Estado, empresários, cientistas e sujeitos sociais formulam discursos, políticos ou científicos. Produzem-se discursos de controle de situações da sociedade e dos próprios sujeitos e, segundo Geraldi (2003), se há necessidade de controle, é que há descontroles. Também se atribui a necessidade do controle à emergência de conflitos e à realidade de dominação produzida pelo modo de promover o desenvolvimento. Daí a necessidade de identificação dos discursos e de quem discursa, entender discursos desenvolvimentistas e críticos, de se saber onde surgem e a qual instituição pertencem. Que resultados produzem? Que teses defendem? Quais as contradições inseridas neles e nas ações políticas realizadas em nome do desenvolvimento. Os discursos não são únicos, embora ideologias tentem aproximá-los.

As ideologias são discursos para esconder, justificar e enganar, mas as teorias científicas são discursos que se propõem a desvendar, compreender e revelar o objeto estudado. As teorias não são mero discurso, por que precisam ser comprovadas pelo rigor da pesquisa, não o havendo, embora se anuncie como teoria científica, não passa de ideologia. E há ideologias a favor e contra, de direita e de esquerda.

O discurso em torno do desenvolvimento é um repertório polêmico, no qual o referente é disputado pelos interessados. Essência e aparência, coisa e fenômeno, desse modo “convertem-se incessantemente um no outro; e isso ocorre na realidade, no pensamento, na prática, que sempre atinge novas coisas em si e as obriga a manifestarem-se para nós” (LEFEBVRE, 1983, p.219).

O discurso revela representações e ideologias permeadas pela linguagem que são também temporais. “Tudo que é ideológico possui significado e remete a algo situado fora de si mesmo, tudo que é ideológico é um signo” (BAKHTIN, 2002, p. 31). Na explicação do desenvolvimento, assim como de outras realidades, repete-se de forma ideológica, o que se pensa. As palavras carregam sentido em si - cognitivo - mas também dependem do contexto em que se inscrevem - denotativo. Por isso, na linguagem, palavras iguais podem ter significados diferentes, pois se inscrevem em formações discursivas dessemelhantes. Isso explica por que o desenvolvimento possui distintos significados. Para Foucault (1999), o discurso é o espaço em que poder e saber se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, em face de direito reconhecido institucionalmente. Geraldi (2003), Bakhtin (2002), Orlandi (2000) entendem o discurso como a palavra em movimento e a mediação necessária entre o homem e a realidade.

Cientistas sociais veem o desenvolvimento com restrições e apontam caminhos para políticas de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é considerado, em algumas teorias, como estado de subordinação e discriminação, descolado do desenvolvimento, isso é teoria ou discurso ideológico? Mas, ainda assim, são conceitos que guardam grandes significados e influem na forma de pensar e agir de governos, políticos,

empresários e pessoas. As teorias, inseridas no contexto da modernidade, têm abordagens diferenciadas, tais como evolucionista, reformista, burguesa, conservadora, consensual ou crítica. Assim, o que primeiro se tem a fazer à leitura da teoria, é identificar as proposições, supostos, fundamentos metodológicos para identificá-las positivistas, sistêmicas, funcionalistas, defensoras da neutralidade, de matrizes e modelos a serem copiados, que admitem fases e etapas, ou se teorias fundadas no materialismo histórico que evita dicotomias, analisa de forma contextual, identifica conflitos e contradições e entende o fenômeno estudado, no caso, o desenvolvimento como totalidade.

Uma leitura sobre as Teorias de Desenvolvimento Econômico

Uma das teorias mais discutidas para explicação do tema é a Teoria das Etapas do Desenvolvimento Econômico, postulada por W. W. Rostow, na década de 1960. Para o teórico, desenvolvimento é o crescimento econômico, alcançado em estágios sucessivos quando os países vencem fases e etapas para chegar ao desenvolvimento, e não há outro caminho: mais ou menos dias, todos chegarão a esse patamar. Aos teóricos críticos incomoda-os a linearidade e o determinismo inerente à explicação. O subdesenvolvimento é o ponto de partida, o que supõe que o subdesenvolvimento é o ponto zero, caminho percorrido, em termos históricos, pelos países desenvolvidos, o que não é aceitável. Rostow acredita ter encontrado o caminho para o desenvolvimento: os países aplicam capital de suas acumulações primitivas na indústria, atividade-chave do desenvolvimento, pois país industrializado é igual a país

desenvolvido. Sem a acumulação primitiva, poupa, se não o faz, recorre à ajuda externa, contraindo empréstimo no Fundo Monetário Internacional – FMI - para viabilizar a industrialização: sem indústria, não há desenvolvimento. O economista mostra que precisa dar-se a passagem da fase tradicional agrícola à industrial, aproveitando pré-condições que dão suporte à industrialização ou ao arranco - *take off* - para o desenvolvimento. O processo se estabiliza com a convergência dos setores produtivos e o consumo de massa, quando os países passam a desenvolvidos. Havendo crescimento econômico, o país será desenvolvido (ROSTOW, 1978).

Acredita-se no crescimento econômico por etapas, o Brasil, por exemplo, venceu muitas fases e define-se como país em desenvolvimento, emergente, quiçá desenvolvido. Muitos são os critérios de indicação de país desenvolvido, o mais usado pelos economistas clássicos é o Produto Interno Bruto - PIB. Segundo o Jornal O Globo (26/02/2012), o “PIB do Brasil ultrapassou o do Reino Unido e se torna a sexta economia do mundo, mas a Nação levará 20 anos para alcançar o padrão de vida europeu”. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH- mostra que ainda existe abismo separando o Brasil dos países desenvolvidos, como Reino Unido em 28º e o Brasil ocupando a 84ª do ranking com 187 países avaliados. E quando se levam em conta as desigualdades, o país perde mais posição, ocupando a 97ª no ranking (PNUD, 2012). Para os críticos, ao relacionar os resultados do PIB com o índice de desenvolvimento humano, verifica-se que o crescimento não se desdobra em bem-estar social e, assim, não é indicador seguro de desenvolvimento. Rostow teve influência econômica e política por

muitos anos: sua teoria econômica era também um manifesto anticomunista, e assim, além da visão limitada de desenvolvimento, defendia posição ideológica e política.

A Teoria da Dependência tem origem, em 1950, com Raúl Prebisch referindo-se à Argentina. No contexto latino-americano, destacam os anos 1960 e 70, ao explicar a relação de dependência, de força e de poder no capitalismo. Explicam os teóricos da dependência que economias nacionais somente podem ser entendidas em conexão e inserção no sistema político e econômico mundial. A explicação, embora tenha perdido eficácia teórica, faz-se necessária à compreensão e explicação do desenvolvimento de países periféricos do capitalismo.

Teóricos como André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, entre outros, da Comissão Econômica para América Latina - CEPAL acreditam que o mundo é dominado por uma única economia, de modo que povos e países se acham interligados na esfera da produção capitalista. Trata-se de teoria crítica que mostra a reprodução capitalista, de forma que os países centrais drenam a mais valia dos países periféricos ao capital. E a dependência é resultado da exploração, por produzir subdesenvolvimento.

A produção centrada na acumulação cria e amplia diferenças em termos espaciais, econômicos, políticos e sociais, nos países, acentua problemas na periferia do capitalismo mundial. As metrópoles colonizadoras impõem novo modelo econômico às ex-colônias. A política de substituição de importações resulta na superação das condições do subdesenvolvimento relativo aos países ricos, e na alteração estrutural da

inserção na divisão internacional do trabalho com a entrada de países pobres na industrialização. O modo de produzir é regulado frente às crises e assim afirma Machado (1999, p. 199): o “capitalismo mundializado passa a aplicar novos mecanismos de apropriação do excedente periférico pela via das empresas transnacionais e do sistema financeiro especulativo, aliando-se às burguesias emergentes locais”.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são posições funcionais e estratégicas frente à economia mundial, resultam das relações econômicas entre países periféricos e centrais ou hegemônicos, política e economicamente. Os países periféricos têm, portanto, desenvolvimento subordinado e limitado pela exploração das grandes potências, e ficam dependentes. Afirma Esteva (2000, p. 79) que “a economia dos economistas não é nada mais que um conjunto de regras que governam a sociedade moderna”.

Polêmicas giram em torno da ajuda externa que, para alguns, não é ajuda, mas desajuda, por levar à dependência externa. A ajuda, em vista da acumulação interna sugerida por Rostow, possibilita arranque, leva ao endividamento decorrente do crescimento de juros e torna os países dependentes. Gunder Frank (1970), um dos defensores da teoria da dependência, afirma que o processo de acumulação do capital é o principal motor da história moderna e que o subdesenvolvimento significa relações dependentes de produção e de trocas no interior do processo mundial de acumulação de capital. Assim, estabelece-se um processo produtivo de difícil sustentação pelo processo de acumulação dependente. Cresce a dívida externa contemporânea, mesmo de países desenvolvidos. A Grécia, por exemplo, não pode mais refinarçar a

dívida equivalente cerca de 142% do Produto Interno Bruto do país, a maior relação entre os países da zona do euro, dívida que supera o limite de 60% do PIB definido pelo pacto de estabilidade assinado pelos países (O Globo,13/03/2012).

As teorias não explicam de forma completa e, por serem datadas, se vencem em relação às realidades que mudam substancialmente. As análises econômicas mostram rigidez econômica institucional e estrutural entre países sustentando relações de dominação e de dependência, e conflitos e contradições se produzem na relação capitalista.

Pablo González Casanova, Celso Furtado, Robert Blauner, José de Souza Martins, Rodolfo Stavenhagem, na década de 1980, incluem perspectivas de análise associadas às conquistas, explorações, exclusões sociais na forma de colonizar internamente. Elaboram a teoria do colonialismo interno que explica questões pertinentes aos regimes hegemônicos surgidos ao longo da história das nações e do capitalismo. O colonialismo liga-se ao fenômeno de expansão de domínios e exaltação de poder de metrópoles sobre colônias e povos, tornando-os subalternos com decisões e imposições de metrópoles e atores hegemônicos. O capitalismo se desenvolve em cadeia de exploração não apenas de fora para dentro, em cada país há grupos que colonizam internamente e o processo se repete em escalas menores. A história econômica do Brasil registra domínio do Sudeste sobre a região Nordeste e da cidade sobre o campo. Ocorre, dessa forma, enriquecimento financeiro e hegemonia política, econômica e, sobretudo cultural de países considerados centrais, com opressão e exploração de territórios dependentes.

O colonialismo vai além de lutas de classes e diferenças socioeconômicas entre países, patrões e trabalhadores. Após a segunda metade do século XIX, teóricos explicam fenômenos socioculturais e conflitos entre exploradores e explorados, dominantes e dominados. É o que afirma Gonzáles Casanova (2007, p.99)

O colonialismo interno corresponde a uma estrutura de relações sociais de domínio e exploração entre grupos culturais heterogêneos, diferentes. [...] É produto do encontro de raças, culturas, ou civilizações, cuja gênese e evolução ocorreram até certo momento – a conquista ou a “concessão” – sem contato entre si, e que se juntaram pela violência e pela exploração, dando lugar a discriminações raciais e culturais [...] A estrutura colonial e o colonialismo interno se diferenciam da estrutura de classes porque não são apenas uma relação de domínio e exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos bens de produção e seus colaboradores, mas uma relação de domínio e exploração de uma população (com suas diferentes classes, proprietários, trabalhadores) por outra população que também tem diferentes classes (proprietários e trabalhadores).

A teoria do colonialismo mostra relações desiguais entre países e grupos econômicos, com conflitos e exploração de territórios e trabalhadores, com imposições e determinações de países e empresas hegemônicas, com predomínio de poder na economia globalizada. E forças econômicas e política influenciam culturas, opiniões, decisões para garantir, cada

vez mais, a posição hegemônica dos países ricos, desenvolvidos e exploradores, com subordinação dos países pobres tidos como subdesenvolvidos.

As teorias críticas de desenvolvimento adotam pressupostos do materialismo histórico e se contrapõem às teorias positivistas, desenvolvimentistas. Os fundamentos estão ancorados na teoria do modo de produção capitalista de Karl Marx, e, para os teóricos, desenvolvimento/subdesenvolvimento se produz no modo de produção, ou seja, vinculam-se às formas como o trabalho se articula com o capital. A força fundamental da História é o modo de produção, ou seja, a maneira como cada país produz a subsistência. Os meios de produção e as relações de produção são o fio condutor da explicação dos fenômenos socioeconômicos.

A forma, como as relações de produção e as forças produtivas interagem, determina historicamente o desenvolvimento/subdesenvolvimento fundado nas seguintes assertivas: o trabalho é o meio pelo qual o homem se articula com outros homens, sendo este produtor de riqueza; a relação social determina a relação com a natureza, logo é a relação sociedade natureza e não a relação antrópica que explica o processo, pois a relação do homem com a natureza não ocorre a priori: é determinada pela sociedade. O Estado é mediador dos interesses da classe dominante, juntos, cerceiam as ideias e falseiam a consciência dos dominados e explorados. Para uns teóricos, não há saída ou possibilidades de mudanças dentro do capitalismo, para outros, as resistências e lutas são tentativas de desconstrução do capitalismo.

Nicolai Kondratieff cria a teoria das Ondas Longas ou Ciclos de Kondratieff, ainda em 1922, e mostra que o

desenvolvimento capitalista se dá em ciclos ou ondas longas, de aproximadamente 50 anos, período em que o capitalismo entra em crises sistemáticas, pois vive de crises, por necessárias. Joseph Shumpeter (1998) explica os Ciclos de Negócio e torna-se divulgador da teoria. O desenvolvimento econômico quando parece se estabilizar entra em crise, concentra-se no mesmo lado do jogo do mercado, as mercadorias e o capital, impedindo que o jogo prossiga. Assim, as crises se formam em ondas que desestruturam a produção e a acumulação. Os ciclos longos relacionam-se aos avanços tecnológicos, imprescindíveis ao avanço do capital e do modelo de sociedade de consumo. A modernização tecnológica utiliza-se de instalações arcaicas preexistentes, assim, a primeira onda caracteriza-se pela ausência de competições entre novas e antigas instalações, tendo em vista o aumento de demanda e significativo crescimento econômico. No segundo momento, há queda de investimentos, associada à saturação do mercado e à impossibilidade de convivências entre diferentes gerações de técnicas, com generalização da “nova” técnica empregada. (KONDRATIEV, 1922). Dessa forma, ocorre sucessão de ondas ou subidas e descidas dentro na produção, quando antigas instalações tendem a ser sucateadas, com reestruturações de espaços e atividades econômicas.

Neoliberalismo e produção desigual e combinada

Neoliberalismo e Desenvolvimento Desigual e Combinado são teorias críticas em destaque, delas feitas às políticas veementes do Estado intervencionista e ao Bem-Estar Social no pós-guerra, mas instala-se o neoliberalismo.

Novas formas de colonizar com conviência do Estado que se comporta convenientemente, ora dentro, ora fora da produção capitalista.

Neoliberalismo é mais um rearranjo à crise do capitalismo “decorrente da expansão da intervenção do Estado, antagônica a forma mercadoria, ainda que necessário para sustentá-la” (Crozier et al, 1975, p. 6). É a retomada do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas, de reestruturação do capitalismo com ideias políticas e econômicas que exigem a não participação do estado na economia, total liberdade de comércio como necessidade para desenvolvimento. Promove a política de privatizações, circulação livre de empresas e capitais internacionais, entrada de empresas transnacionais, pressão das empresas diminuindo o poder do Estado, ou seja, pressuposto de que a “mão invisível” controlará o mercado.

Santos (2004) mostra a necessidade de as ciências sociais explicarem, de forma teórica e analítica, as desigualdades entre o Norte e o Sul para compreensão do mundo contemporâneo. Pois, terminado o colonialismo das “relações políticas”, não acaba o das “relações sociais” enquanto mentalidade e forma autoritária e discriminatória. Scott (2004) destaca que as relações de poder são de resistência, e, uma vez estabelecida, a dominação não persiste pela própria inércia, exercício que produz fricções, na medida em que recorre ao uso capaz de extrair bens e serviços impostos aos dominados. A exploração é essência do capitalismo. Santos (2004) é mais contundente, ao mostrar que, para entender o Sul como metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, significa reinventar a emancipação social indo mais além da teoria produzida no Norte. Ou seja, não dão conta da realidade, e são explicações

dadas de fora, sem concepção da realidade de pobreza, fome e exploração. Lembra ainda que a ideia de exaustão da modernidade ocidental facilita a revelação do caráter invasivo e destrutivo de imposição ao mundo moderno. Certamente é o que acontece com países subdesenvolvidos: grupos empreendedores descobrem caminhos alternativos e emergem no cenário global. Projetos de iniciativa da sociedade civil organizada, sobretudo na escala de comunidades, mostram outra face do desenvolvimento, com fortalecimento de grupos de resistência, a exemplo de economias solidárias e turismo oferecidos por comunidades e territórios solidários em lugares periféricos ao capital. Explica Ciccolella (2008, p.96) que:

Essa relativa “ausência” do Estado local para controlar e regular o território deu como resultado, maior espaço de liberdade do capital imobiliário e financeiro para atuar sobre o espaço urbano redesenhando-o segundo suas necessidades e desejos de renda urbana, realizando de maneira mais acentuada que em outras etapas do capitalismo.

Mostram teóricos críticos que o controle político e militar dá lugar a formas de controle abstratas e indiretas, de natureza econômica, promovidas por forte aliança entre o capital estrangeiro e as elites locais. A dominação dos países do capitalismo central é realizada por meio de megaprojetos financiados pelo FMI e pelo Banco Mundial, com total apoio de governos, com imposição de regras obedecidas à risca e fechamento de olhos para questões vitais relacionadas a residentes e conservação da natureza.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, de Trotsky, afirma Lövy (1995, p. 2) “é uma tentativa de explicar essas ‘modificações’ e de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países periféricos ou dominados pelo imperialismo”. Explica a teoria que a pressão das grandes potências econômicas, pela imposição de produtos, culturas e ideologias, obriga países “atrasados” economicamente a investirem em setores considerados de emergência, para garantir o crescimento e desenvolvimento interno. Admite-se que a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky explica a realidade dos países subdesenvolvidos, pois como asseveram Mandel (1990) Lövy (1995) e Soja (1993), o “desenvolvimento desigual e combinado entre regiões e nações é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração da mão de obra pelo capital”. O capital seleciona lugares, e, no turismo, por exemplo, atividade essencialmente capitalista, oferece todas as oportunidades de exploração, não apenas da mão-de-obra, mas de territórios.

A reestruturação capitalista, assim, dá-se de forma desigual e combinada, e o mesmo processo que produz riqueza para uns produz pobreza para a maioria, a riqueza fica sempre concentrada. Nessa lógica, os países periféricos não são apenas subdesenvolvidos, pois há produção de riquezas em todos. Compreender o movimento na totalidade, os jogos de interesses que movimentam a produção e acumulação capitalista com rebatimento em todos os países ajuda a explicar o desenvolvimento. A exploração se realiza em cadeia entre países, e internamente, concentrando riqueza, de forma desigual, gerando crises. A explicação não é simplória nem é pretensão explicar o movimento em artigo, apenas entender que, cada

vez mais, a realidade, entre centro e periferia ou desenvolvimento e subdesenvolvimento para os fenômenos socioeconômicos e políticos, transcende países.

Desenvolvimento na Escala Humana

Max Neff, com contribuições de Antônio Elizalde e Martin Hopenhayn, em 1983, escreve a Teoria do Desenvolvimento na Escala Humana, ditando a célebre frase “desenvolvimento refere-se às pessoas e não aos objetos!” (1993, p. 18). Trabalha com a tese de que há necessidade da criação de indicadores qualitativos do desenvolvimento, de modo que possam aferir a qualidade de vida das pessoas. Demonstra que as necessidades humanas são as mesmas entre as pessoas e o que difere é a maneira como se satisfazem, é isso que varia de cultura para cultura. Cria um quadrante entre necessidades humanas essenciais - necessidades de ser, ter, fazer e estar - e as necessidades axiológicas de subsistência e proteção, acrescenta posteriormente a necessidade, da transcendência. Acreditou-se, por muito tempo, nas necessidades infinitas, Marx Neff assegura que isso não ocorre: elas são as mesmas em todos os lugares e em todos os tempos, mudam as formas de satisfazê-las.

Desenvolvimento na escala humana se baseia na autonomia dos países, das pessoas e de comunidades, de maneira a convertê-los em sujeitos do processo de desenvolvimento e não apenas em meros objetos. Surge, então, a necessidade de novas formas de conceber e praticar política, baseadas na participação direta, que estimula o protagonismo real das pessoas, na busca de soluções criativas endógenas. É o que indica

também o ecossocioeconomista Ignacy Sachs (2003), quando se refere à elaboração da enciclopédia do cotidiano, distante das prerrogativas burocráticos e paternalistas que reforçam a verticalidade e a concentração do poder, apontando a inclusão social pelo trabalho. Pode-se dizer que, em países subdesenvolvidos, houve avanços de democracia política, no entanto há muito o que fazer quanto à democracia econômica. O crescimento da economia não implica necessariamente distribuição de riqueza, como acreditam os que comparam o desenvolvimento com “mancha de óleo” que tende a se espalhar de forma concêntrica, pelo que o crescimento econômico não se faz concentrado, chega à escala humana, beneficiando a maioria. Mesmo por tentador associar renda com desenvolvimento, o sujeito que tem renda não significa dizer que seja mais feliz do que o que não a possui. E a felicidade humana precisa estar presente ao desenvolvimento.

O quadrante de necessidades apontado por Neff, aplicado participativamente, estabelece padrões de qualidade de vida para países e ou comunidades. Isto é, o aporte substantivo para construção de novo paradigma desenvolvimentista, baseado no protagonismo das pessoas, na definição de modos de vidas, que pode conduzir determinada comunidade a escolher por ser pequena, ou país escolher como se desenvolver, não há mal nenhum na escolha, parafraseando o economista ecológico Ernest Fritz Shumacher (1983). Desenvolvimento na escala humana, por sua vez, não significa não haver renda, entretanto utiliza para satisfação das necessidades associadas ao modo de vida, não necessariamente vinculado ao padrão urbano, consumista e materialista, normalmente insatisfeito. A insatisfação, por sua vez, leva à busca de espaços de

ressignificação humana, nos quais sistemas sociais se encontram indissociáveis de dinâmicas ecológicas, típicas de paisagens costeiras, rurais e naturais, em que não há predomínio de relações espúrias entre os sujeitos.

O vazio estabelecido pela crise civilizatória é indutor a pensar outro desenvolvimento e com ele o turismo de base comunitária, solidária e sustentável, pois o turista típico do segmento está à busca de “convivencialidade”, como dita por Ivan Illich (1976), na qual há respeito por modos de vidas diferentes, o que, a priori, não implica dizer que o modo de vida urbano do padrão desenvolvimentista seja melhor do que o não urbano.

O turismo como indução ao desenvolvimento

As atividades econômicas produtoras de riquezas realizadas no padrão capitalista de produção, servem à acumulação, concentram resultados de produção em territórios específicos, grupos econômicos, ou indivíduos sem preocupação com distribuição. A riqueza agrícola de agronegócios ou comodites, resultados da industrialização, do comércio e dos serviços modelam-se nos padrões do desenvolvimento economicista e progressista, discriminador não chega a todos. Nesse contexto, o turismo como atividade econômica convencional não é diferente: reproduz o modelo de consumo, ao se apropriar do lazer e do tempo livre. O turismo é visto como um dos vetores do desenvolvimento econômico da sociedade que Latouche (2009, p. 22) considera “sociedade fagocitada por uma economia cuja única finalidade é o crescimento pelo crescimento”.

Contemporaneamente o turismo é um dos produtos mais significativos do comércio mundial, sendo a produção de serviços uma das principais ferramentas de que dispõem os países para ser competitivo na esfera internacional. O modelo econômico de desenvolvimento prioriza o setor terciário, em especial, o financeiro, imobiliário, telecomunicação e o turismo que, articulados, conquistam mercados, acumulação de capital, no entanto descaso socioambiental. A atividade turística se apropria de espaço, causando impactos ambientais, e não beneficia a toda parcela da população. Esse panorama conduz instituições como ONU, OMT, bem como pesquisadores a lançarem propostas alternativas de desenvolvimento e de turismo. Em paralelo ao turismo globalizado convencional surge o turismo comunitário, de baixo para cima, indo ao encontro do desenvolvimento à escala humana.

Em 2001, a Organização Mundial de Turismo lança nova diretriz ao turismo mundial: a competitividade do turismo e a luta contra a pobreza em todas as dimensões, quando desenvolvimento e subdesenvolvimento associam-se ao turismo. O órgão internacional de maior expressão do turismo, pela primeira vez, reconhece que a atividade tanto inclui como exclui parcelas da população.

O turismo tem função importante na luta contra a pobreza. Existem meios para dar ao turismo, mais capacidade de contribuição ao desenvolvimento dos países. As Nações Unidas têm que desempenhar funções para este fim, sensibilizando e estabelecendo programas que chamem a atenção pública internacional para o turismo como redução do subdesenvolvimento, pode

fazer entender melhor em todo mundo, o potencial que tem o turismo para mitigar a pobreza. Os governos, comunidades locais e o *trade* turístico têm que compreender a complexidade dessa tarefa a ser enfrentada e a importância da cooperação de todos como garantia da redução sustentável da pobreza. As Nações Unidas possuem organismos especializados que se ocupam de questões: econômicas, sociais e políticas que podem ajudar os governos a estabelecerem estratégias que garantam o máximo de benefícios do turismo ao mesmo tempo em que evitem as consequências prejudiciais para a sociedade, para a economia e o meio ambiente (OMT, 2010, p. 6).

A comunidade internacional tem consciência de que as disparidades do desenvolvimento aumentam, mesmo havendo ações de fomento para reduzir as disparidades em escala mundial, desmembradas pelo interior de cada país, região e lugar, tornando-se um dos desafios dos governos e da humanidade. A Organização Mundial de Turismo reconhece que o turismo representa uma atividade com forte intensidade de absorção de mão-de-obra, que proporciona aberturas para pequenas empresas e iniciativas locais, tem capacidade para criar emprego para pobres, jovens, mulheres, comunidades, para pessoas sem qualificação, empregos nos centros balneários e nas zonas rurais afastadas, como nas atividades relacionadas com ecoturismo e o turismo cultural (OMT, 2010). O que faz crer que a atividade turística contribui para modificar a realidade social de muitos lugares. Junto ao eixo do turismo globalizado realizado

de cima para baixo emerge o eixo do turismo de comunidades, de baixo para cima, incluindo periferias pelo trabalho na cadeia produtiva do turismo (CORIOLANO, 2003).

Neste sentido, o turismo comunitário surge como contraponto ao turismo convencional, integralizando no escopo de atuação, as preocupações e demandas de movimentos sociais e ambientais, como patrimônios natural e cultural, como museus e espécies de árvores ameaçadas e patrimônio imaterial como modos de vida tradicionais. Posturas de turismo representam formas comprometidas de mudanças sociais. Mudar o rumo do desenvolvimento é missão árdua, mas necessária, sobretudo na América Latina onde os processos de desenvolvimento privilegiam marcadamente grandes economias, e dizem-se centralizados, paternalistas e assistencialistas. Daí a luta incansável pelo desenvolvimento na escala humana e o turismo como forma de combate à pobreza.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Vera. Frateschi. São Paulo, Hucitec, 2002.

CICCOLELLA, Pablo. Aportes para uma Geografia Crítica de la ciudad latinoamericana. In OLIVEIRA, Márcio Piñon, COELHO, M. Célia Nunes, CORRÊA, A. de Mello. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas II**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege. 2008.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O turismo de inclusão e o desenvolvimento Local**. Fortaleza: EdUECE, 2003.

CROZIER, Michel *et al.* **The crisis of democracy: Report on the governability of democracies to the Trilateral Comission UP**. New York, 1975.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FRANK, André Gunder. **Lumpenburguesía: lunoendesar- rolo**. Santiago(Chile): Ed. Prensa Latinoamericana,1970.

FRIEDMAN, Thomas L. P. **Mundo é Plano**. O mundo globalizado do século XXI. Tradução SERRA, Cristina. Rio de Janeiro: Objetiva 2009.

GERALDI, J. Wanderley. **Curso Análise do Discurso**. Fortaleza: Mestrado em Geografia da UECE. Anotações de Aula. Set/2003.

GONZALES CASANOVA, Pablo. Colonialismo Interno: uma redefinição. In: **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas** Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. Disponível em:< <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.19.doc>> Acesso em: 1fev2012.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

KONDRATIEV, Nicolai. **Los ciclos largos de la coyuntura economica**. México. D F : UNAM, 1922.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado de descrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LÖVY, Michael. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Revista Actuel Marx**, v.18. Tradução de Henrique Carneiro. 1995.

MACHADO, Luis Toledo. **A teoria da dependência na América Latina**. Ver. Estudos Avançados, 1999.

MANDEL, E. **A Crise do capitalismo: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo, Ensaio, 1990.

MAX NEFF, Manfred A. **Desarrollo a escala Humana: concietos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Montevideo, Uruguay: Editora Nordan-Comunidad. Redes 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL TURISMO. 65ª Reunião Do Conselho Executivo Da OMT 2001. **Competitividade do Turismo e Luta Contra a Pobreza**. Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

OMT- Organização Mundial do Turismo. **Manual on Tourism and Poverty Alleviation: Practical Steps for Destinations**” (2010). Disponível em: <<http://step.unwto.org/en/content/main-publications>> Acesso em 21 mar 2012.

GLOBO. **Crise da Grécia e suas possíveis consequências.** Caderno de Economia. Disponível em: <<http://globo.com/economia/noticia/2012/02/entenda-cri-se-da-grecia-e-suas-possiveis-consequencias2.html>>. Acesso em: 13/03/2012.

_____. **PIB do Brasil ultrapassa o do Reino Unido e país se torna 6ª economia do mundo.** Caderno de Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/pib-do-brasil-ultrapassa-do-reino-unido-pais-se-torna-6-economia-do-mundo-3513784#ixzz1nxvJYdj>>. Acesso em 26/02/2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso.** Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PNUD. Relatório de desenvolvimento Humano 2010. **A Verdadeira Riqueza do Homem: Vias para o Desenvolvimento Humano.** New York, 2012.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SACHS, **Ignacy. Inclusão Social pelo trabalho.** Desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos

empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Ed Garamond, 2003.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce Sampaio. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do Pós-moderno ao Pós-Colonial**: e para além um do Outro. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Conference. 2004.

SCHUMACHER, Ernst F.. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SCHUMPETER, J. **Business cycles**: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process. Philadelphia: Porcupine Press, 1989.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Discursos Ocultos. Colección problemas de México: Ediciones Era. 2004.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria sócio-crítica. Rio de Janeiro: Record, 2000.

